Aula 5

ASPECTOS DO ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL: CONTEÚDOS, DISCIPLINA ESCOLAR E FORMAÇÃO DOCENTE

META

Historicizar a formação e a atuação do professor de História no Brasil ao longo dos anos.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

Entender a relação entre o ensino de História e a disciplina escolar História.

Refletir sobre o papel exercido pelo ensino de história no processo de afirmação do estado brasileiro.

Compreender aspectos do processo de formação dos professores de história e sua relação com a história escolar.

PRÉ-REQUISITO

O aluno deverá ter conhecimentos básicos sobre História da Educação Brasileira e Metodologia do Ensino de História.

Sayonara Rodrigues do Nascimento Santana

INTRODUÇÃO

Querido aluno, após compreendermos como se deu o processo de formação de professores no Brasil, focalizaremos agora no ensino de História, conferindo especial atenção à conjuntura de constituição da História como disciplina escolar, bem como mostrando a relação existente entre a formação de professores e o ensino de História.

Para iniciarmos a discussão sobre essa temática, questionamos: Quem foram, ao longo da história do Brasil, os professores de História? Como eles eram formados? Quais conteúdos ensinavam? Quais metodologias utilizavam?

Nessa perspectiva, precisamos retornar aos anos iniciais do processo de escolarização nacional, com o objetivo de refletirmos sobre a relação entre a nossa história, de uma maneira geral, e a história escolar. Vamos lá?

http://www.jornaloeste.com.br/?pg=noticia&idn=21126

O ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL: DOS CONTEÚDOS À DISCIPLINA ESCOLAR

1- O ensino de História como instrumento de afirmação da identidade nacional

Após discutirmos sobre os primeiros professores do Brasil e o processo de instituição de uma formação específica para o exercício da docência, passamos, agora, a refletir sobre o ensino de História.

Para tanto, questionamos: o ensino de História já existia nos primeiros anos da presença portuguesa no Brasil? Sim, o ensino de História já era ministrado pelos jesuítas, só que o seu conteúdo estava diluído nos eixos de estudos definidos pela *Ratio Studiorum*. Assim sendo, a História ainda não era uma disciplina escolar, tendo uma função meramente instrumental, com objetivos exteriores a ela, sendo que os alunos tinham acesso ao seu "saber" através de textos gregos e latinos, como Tito Lívio, Tucídides, Xenofonte e Tácito, além dos materiais produzidos pela própria igreja, como o catecismo, ligados à História Sagrada. (FONSECA, 2006).

Com a instituição das Aulas Régias acreditamos que a história como conteúdo escolar continuou sendo ministrada, gravitando entre a história da presença portuguesa em terras brasileiras e a História Sagrada. Só não temos maiores informações, pois como nos diz Fonseca (2006, p.37): "É difícil precisar o ensino de História no Brasil antes das primeiras décadas de século XIX.".

Nesse sentido, foi somente após a Independência do Brasil que a constituição da História como disciplina ganhou fôlego, no processo de estruturação de um sistema de ensino no Império. (FONSECA, 2006).

Assim sendo, somente com a Lei de 15 de outubro de 1827, a primeira e única lei sobre a instrução nacional do Império do Brasil, é que há um maior esclarecimento em relação às disciplinas e ao conteúdo ministrado nas escolas brasileiras de Primeiras Letras. Especificamente sobre o ensino de História, o artigo nº 6 da lei prescreveu:

> Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil. (BRASIL, 1827).

Visualizamos a presença da História do Brasil dentre os conteúdos das aulas de leitura e questionamos: que História era essa? Quais conteúdos especificamente estavam a ela ligados? Que metodologias eram utilizadas?

Salientamos, primeiramente, que a história ensinada, como já aborda-

mos, era resultado da junção entre a História do Brasil e a História Sagrada, ou seja, os conteúdos históricos ministrados nas escolas elementares brasileiras estavam ligados eminentemente a uma História Sagrada que ditava o tom da história brasileira, com ênfase nos fatos notáveis da História do Império. Assim sendo: "Resolvia-se, de certa forma, o problema de conciliar os interesses do Estado e da Igreja na área da educação, num momento em que a tendência era de atribuir cada vez mais ao primeiro o controle sobre ela" (FONSECA, 2006, p.47).

Assim sendo, a história estava presente no ensinamento da moral cívica, vinculada à moral religiosa e à exaltação de nomes que foram exemplos de civismo e fé ao longo da história. Nessa direção, a pátria também era objeto de estudo optativo, mas que estava presente na narração dos feitos de personagens que contribuíram para a sua construção. Desta feita, era muito comum a narração da história dos santos e heróis profanos e de grandes nomes da vida pública, através da história biográfica. (BITTENCOURT, 2008).

Em relação ao método utilizado, destacavam-se os **mnemônicos**, resultantes da memorização mecânica, o "aprender de cor" e não conscientemente, isto é: "saber história era dominar muitas informações, o que, na prática, significava saber de cor a maior quantidade possível de acontecimentos de uma história nacional." (BITTENCOURT, 2008, p.69).

Nesse sentido, a História serviu ao Estado brasileiro, desde o início, sendo que as elites buscavam a formação de uma identidade nacional, encontrando também no ensino secundário um instrumento de afirmação desse ideal.

2- O ensino de História no secundário brasileiro durante o Império

Em relação à presença da disciplina escolar História no ensino secundário brasileiro, enfatizamos que ela esteve estritamente ligada a duas instituições, quais sejam, o **Colégio Pedro II e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro** (IHGB).

Silogeu Brasileiro na Lapa- Rio de Janeiro, sede do IHGB por várias décadas.
Fonte: http://www.jblog.com.br/rioantigo.php?itemid=22016

Colégio Pedro II (1940)
Fonte: http://blog.cariocario.com/2012/08/fotos-antigas-rio-de-janeiro_4.html

Com isso, os objetivos do ensino de História foram adquirindo maior nitidez, sendo que, paralelamente e em sintonia com a construção de uma história nacional, o Colégio Pedro II, instituição de ensino secundário criada em **1837**, também foi o celeiro da utilização das produções historiográficas do IHGB, no sentido de promover um ensino que formasse cidadãos patriotas, através de uma história política, nacionalista e que exaltava a colonização portuguesa, a ação missionária da Igreja Católica e a monarquia.

Ver glossário no final da Aula

É nesse cenário que o IHGB, criado em 21 de outubro de 1838, exerceu influência notável, no processo de incentivo aos estudos históricos e na construção de uma história nacional que atendesse aos interesses das elites no processo de definição da nacionalidade.

Com isso, o ensino de História ganhou uma nova dimensão, pois foi o instrumento utilizado para a formação das mentes dos estudantes brasileiros, que seriam, posteriormente, os prováveis administradores do país. Era, pois, um momento para a afirmação do que era o Brasil, através dos textos produzidos pelos historiadores, ganhando espaço especial o livro didático como instrumento de divulgação desse saber no ambiente escolar.

Nessa perspectiva, os livros didáticos materializaram um conhecimento escolar a ser trabalhado no ensino de História, que ainda carecia de material e metodologias de orientação. Dentre eles, destacamos a obra de Joaquim Manoel de Macedo, sócio do IHGB e professor do Pedro II, *Lições de História do Brasil* para o uso dos alunos do colégio, em 1861 (FONSECA, 2006).

Segundo Fonseca (2006) o livro de Joaquim Manoel de Macedo contribuiu sobremaneira para um ensino de História com maior definição de métodos. A partir de então, a História ganhou contornos mais bem definidos de disciplina escolar.

Aliás, este é um ponto que devemos atentar, pois, como já enfatizamos, estudar o ensino de História, perpassa pela compreensão da História como disciplina escolar. Ora, o ensino diz, grosso modo, da relação entre professor e aluno. A disciplina escolar, por sua vez, amplia o horizonte em relação ao ensino, pois ela comporta outros elementos como as finalidades, os conteúdos e as metodologias de ensino.

Chervel (1991) afirma que uma disciplina escolar é:

> Em qualquer campo que se encontre, um modo de disciplinar o espírito, quer dizer de lhe dar os métodos e as regras para abordar os diferentes domínios do pensamento, do conhecimento e da arte. (CHERVEL, 1990, p.180).

A disciplina escolar é, então, uma maneira de disciplinar o espírito em relação a determinado conhecimento, que é, no caso da disciplina escolar História, o próprio conhecimento histórico.

Partindo dessa premissa, a História ensinada no Brasil do oitocentos, provinha do conhecimento histórico produzido no IHGB e que era divulgado a partir de livros didáticos e dos professores do Pedro II que eram, em sua maioria, integrantes do IHGB.

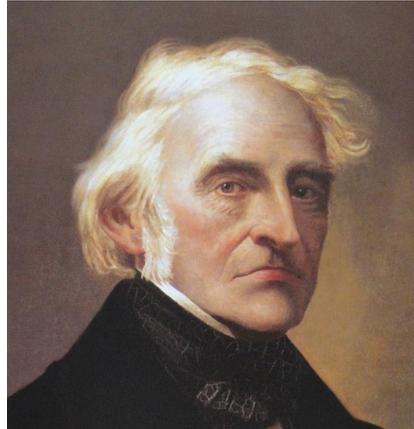
Percebam que num polo temos o IHGB e no outro o Colégio Pedro II. De um lado o conhecimento histórico sendo produzido, do outro, o ensino da História em sala de aula. Com isso, houve uma aproximação da história científica com a História escolar, tendo como centro o objetivo da construção da nacionalidade. (ABUD, 2010).

Essa relação entre o conhecimento histórico e o ensino de História, expressava-se nos Planos de Estudos do Pedro II, através das disciplinas de História Sagrada, História Universal e História Pátria. (FONSECA, 2006).

Nessa direção, é interessante conhecermos um pouco da organização da disciplina História no Pedro II. Em relação à História Geral ou da Civilização, havia a divisão, inspirada no ensino secundário francês, em História Antiga, Média, Moderna e, a partir de 1850, Idade Contemporânea. Já a História da Pátria ou do Brasil tornou-se disciplina independente somente em 1850, separando-se da História Geral. (BITTENCOURT, 2008).

No caso da História do Brasil, o IHGB teve um papel importante no seu reconhecimento e valorização. Em 1843 foi lançado um concurso com a seguinte pergunta, que se transformaria em livro: “Como se deve escrever a História do Brasil?” Carl Friedrich Philipp Von Martius foi o vencedor e na sua resposta, considerou como elementos importantes a questão da formação da população brasileira, a partir das contribuições do branco, do negro e do índio; o papel dos portugueses no descobrimento e

colonização; o desenvolvimento civil e legislativo e o comércio internacional; a transferência para o Brasil das instituições municipais portuguesas e a importância dos jesuítas e da Igreja Católica e sua relação com a Coroa Portuguesa. (ABUD, 2010).

Carl Friedrich Philipp Von Martius (1794-1868), médico, botânico e antropólogo alemão, foi um dos maiores estudiosos do Brasil, particularmente a região Amazônica.

Assim sendo, as sugestões de Von Martius não somente influenciaram os sócios do IHGB como também os professores do Pedro II e a forma de escrever a História escolar, até mesmo nos dias atuais. (ABUD, 2010).

Nessa conjuntura, concluímos esta seção, enfatizando que a produção do conhecimento histórico no Brasil não se iniciou nas universidades, mas sim numa instituição específica, o IHGB, resultante da organização da **sociedade civil**, formada por intelectuais de áreas diversas, como medicina, direito, engenharia, economia, agronomia, dentre outras e que visavam a consolidação da identidade nacional.

Ver glossário no final da Aula

3- O ensino de História, na República.

Com a instituição do regime Republicano, a essência do ensino de História não se modificou profundamente, apenas redefiniu-se, ganhando contornos específicos que respondiam aos anseios do novo governo. Assim sendo, adquiriu novo ímpeto a ideia de nacionalidade, com o objetivo de promover o desenvolvimento do patriotismo. Nesse sentido e, paralelamente ao processo de afirmação do Estado brasileiro na República, a História Nacional passou a sobrepujar a História Sagrada em sala de aula.

A partir da década de 30 do século XX, através do projeto centralizador de Vargas, algumas reformas orientaram a educação brasileira, apresentando propostas específicas para o ensino de História. A primeira, conhecida como Reforma Francisco Campos, ministro da Educação e Saúde Pública, diminuiu a carga horária da História do Brasil, que foi diluída na História da Civilização.

Já a segunda reforma, ensejada pelo ministro Gustavo Capanema, em

1942, trouxe novidade, conferindo autonomia à disciplina História do Brasil, valorizando-a, juntamente com a História da América.

Guardadas as diferenças entre as duas legislações, destacamos que o ponto de convergência de ambas encontra-se, justamente, nos objetivos do ensino de História, que visavam à exaltação dos grandes nomes e fatos tanto da história nacional quanto mundial, ou seja, ainda era apregoada uma história factual. Além disso, as reformas proporcionaram a unificação do ensino no país, definindo um currículo mínimo a ser seguido pelas instituições de ensino primário e secundário.

Outro momento significativo para o ensino de História, bem como para a formação dos professores da área, deu-se com a instalação do Regime Militar. Neste, o ensino de História ganhou novos contornos, adequados à realidade da Doutrina de Segurança Nacional, que imprimiu diretrizes educacionais, no sentido de exercer o controle ideológico necessário à manutenção da ordem.

Desta feita, aprofundou-se o caráter acrítico e factual do ensino de História, numa perspectiva mais "tradicional", adquirindo conotações políticas, sendo competência de órgãos específicos do governo que garantiram a sua propagação de acordo com os objetivos do regime.

Em relação ao ensino cívico, preocupação de primeira ordem para o regime, destacamos a redefinição das disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política Brasileira (OSPB), e a introdução da disciplina de Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB) no ensino universitário.

Uma atitude não muito profícua para a configuração do ensino de História no país foi a institucionalização da disciplina de **Estudos Sociais** como obrigatória em todo sistema de ensino de 1º grau, resultante da junção da História com a Geografia, englobando também a EMC e OSPB.

Ver glossário no final da Aula

Em síntese, os conteúdos e ao logo dos anos, metodologia do ensino de História, segundo Fonseca (2006, p.58), apontavam as seguintes diretrizes:

> 1- Ensino diretivo, não crítico, sendo a História uma sucessão de fatos, prioritariamente, de caráter político- institucional e no qual sobressaiam os espíritos positivos que conduziriam a História;
> 2- A organização dos conteúdos obedecia à periodização mais usual da História Geral, com a subdivisão em História Antiga, Média, Moderna e Contemporânea, e a História do Brasil, seguindo a divisão em Colônia, Império e República;
> 3- Os métodos pedagógicos e a relação professor/aluno seriam geralmente marcados pelo autoritarismo, pela concentração do poder e pelo saber na figura do professor e da autoridade do livro didático, pela atitude passiva e receptiva do aluno, ausentando-se daí elementos ativos, reflexivos e críticos no processo de ensino/aprendizagem;

> 4- O professor transmitia e o aluno recebia o conhecimento. Uma das principais estratégias era a elaboração de pesquisas, entendidas como trabalho de transcrição- nas quais os alunos copiavam textos de outros livros sobre os temas indicados pelo professor. Eram muito comuns os estudos e debates dirigidos, assim como as pesquisas orientadas. Tudo sob a orientação do professor, que ditava os caminhos a serem percorridos pelo aluno, que apenas seguia, não questionava, não tinha a oportunidade, mínima, de pelo menos refletir sobre a atividade sugerida (FONSECA, 2006, P-58).

A questão central estava justamente em fazer da História um conhecimento fechado, que não possibilitasse uma compreensão mais profunda da realidade brasileira, não possibilitando o diagnóstico de suas contradições, a exemplo, das desigualdades sociais profundas existentes no país.

Com o intuito de modificar esse quadro, um novo período de indagações e discussões surgiu, a partir do final da década de 70, em meio ao processo de crise do regime militar e de consequente redemocratização.

O reflexo desse processo foi a composição de novos programas e livros didáticos vinculados a propostas diferenciadas de abordagem do conhecimento histórico, que não somente na história factual e cronológica.

Com isso, ganhou relevo o marxismo como teoria utilizada na organização dos conteúdos históricos, privilegiando a divisão da história, através dos conceitos de: relações sociais, modos de produção, transição, classe dominante, classe dominada, apropriação de excedentes, dentre outros. A ideia de tempo histórico também foi valorizada, mostrando que o tempo cronológico, por si só, não seria capaz de abarcar o conhecimento histórico. Partindo desse pressuposto, os conteúdos distribuíam-se enfatizando a sucessão dos modos de produção (das comunidades primitivas ao modo de produção capitalista). (FONSECA, 2006).

Contudo, apesar da abrangência dessa proposta, que se espalhou pelo Brasil através dos livros didáticos e outros mecanismos de difusão, Fonseca (2006) afirma que:

> a substituição da cronologia linear da história tradicional pela evolução dos modos de produção acabou por não romper substancialmente com o princípio etapista do programa tradicional, apenas abandonando um esquema fechado em função do outro, igualmente determinado. (FONSECA, 2006, p.64).

No entanto, no final dos anos 80 e início dos 90, a história ensinada passou a receber diferentes influências, a exemplo, da Nova História, de origem francesa. Esse processo deu-se, em parte, pela maior proximidade entre o conhecimento histórico produzido nas universidades e o conhecimento escolar, sendo que este passou a acompanhar o desenvolvimento daquele, daí a influência das novas propostas historiográficas.

Como não havia a obrigatoriedade de seguir os programas oficiais, professores e autores de livros sentiram-se livres para incorporar propostas mais ousadas para o ensino de História. Data desse período, principalmente nos primeiros anos da década de 90, a influência da história das mentalidades e do cotidiano.

Com a instituição dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em 1997, houve a regulamentação desse processo, através da instituição de diretrizes curriculares a serem seguidas pelo sistema de ensino brasileiro. A partir desse documento, as disciplinas de História e de Geografia adquiriram, novamente, a sua independência no ambiente escolar. Por sua vez, as disciplinas de EMC (Educação Moral e Cívica), OSPB (Organização Social e Política) e EPB (Estudos dos Problemas Brasileiros) foram extintas.

Assim é que a História, finalmente, consolidou-se como disciplina escolar, com uma função muito importante nos dias atuais, qual seja, a de formar cidadãos críticos e reflexivos, conscientes e capazes de intervir na realidade que os cercam, fortalecendo os laços de identidade que compõem a sociedade brasileira.

ATIVIDADE

Diante da discussão apresentada sobre a trajetória histórica do ensino de História no Brasil, responda: Qual o papel exercido pelo Estado no processo de configuração da História como disciplina escolar? Ressalte os momentos essenciais dessa relação?

COMENTÁRIO SOBRE A ATIVIDADE

A disciplina escolar História passou por momentos, que acompanharam a trajetória histórica brasileira. Para cada época, uma configuração foi assumida pela História, tanto oficialmente, quanto na prática em sala de aula, sendo caracterizado por avanços e retrocessos.

ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE HISTÓRIA NO BRASIL

Overidos alunos, lembram quando discutimos, na aula anterior, sobre a formação de professores no Brasil? Então, vimos que os primeiros cursos de formação de professores iniciaram-se em 1939, com a organização da Faculdade Nacional de Filosofia, que seria parâmetro para as faculdades do país.

Desta feita, antes da década de 30 não tínhamos professores de História formados na área específica, mas intelectuais que possuíam um conhecimento vasto sobre diversos campos do conhecimento e que ensinavam História aos alunos brasileiros.

Nesse sentido enfotizamos que alguns autores que produziram obras voltadas para o ensino de História, a exemplo de Jonathas Serrano, professor do Pedro II, da escola Normal do Distrito Federal e membro do IHGB, que publicou, em 1935, a obra "Como se ensina História", voltada para o secundário brasileiro. (FREITAS, 2008).

Jonathas Archanjo da Silveira Serrano (1885-1944)
Atuou na busca da conciliação entre os princípios fundamentais da fé católica e as novas ideias da Pedagogia.

A obra de Serrano insere-se numa conjuntura maior de busca pela melhoria do ensino brasileiro, em específico, a construção da história como saber escolar para o ensino secundário. Segundo Freitas (2008), esse movimento tem como características:

> a participação de professores ligados ao movimento educacional, técnicos e docentes de escolas normais na construção dos programas de ensino secundário, tanto nos quadros do modelar Colégio Pedro II, quanto nas comissões estabelecidas pelos ministérios que trataram da educação; as iniciativas de uniformização da história a ser ensinada em todo o país a partir de 1931; a publicação de textos sobre como ensinar história voltados para o mestre do secundário; e a instituição de cursos de formação para professores do ensino secundário, seja nas tentativas de fundação das escolas normais superiores, seja na criação das faculdades de Filosofia e de Educação na década de 1930. (FREITAS, 2008, p.20).

Nessa conjuntura, em relação à formação de professores de História, enfatizamos que o curso ministrado nas Faculdades de Filosofia era de História e Geografia conjuntamente, ou seja, a formação contemplava as duas áreas do conhecimento.

Apesar de os cursos de licenciatura formarem para as duas áreas do conhecimento, no sistema escolar, as disciplinas de Geografia e História eram autônomas. Somente com o processo de mudanças instauradas pelo regime militar é que a História e a Geografia foram unidas, como já abordamos, em uma única disciplina, Estudos Sociais.

Nessa perspectiva, foram instituídos, de acordo com o parecer nº 106, de 4/2/1966, os cursos de Licenciatura Curta em Estudos Sociais, que incluía além das referidas disciplinas, os Fundamentos das Ciências Sociais.

A disciplina História deveria abordar os conteúdos de História Antiga, Medieval, Moderna, Contemporânea, do Brasil e Organização Social e Política Brasileira; em Geografia, seriam contemplados elementos de geografia física, humana e do Brasil; em Fundamentos de Ciências Sociais, os estudos deveriam se voltar para a realidade social, em seus aspectos sociológicos e antropológico-culturais; as matérias pedagógicas seriam compostas de Psicologia da Educação, da Adolescência e da Aprendizagem, Didática e Elementos de Administração Escolar, além de Prática de Ensino, sob a forma de Estágio Supervisionado. (BRASIL, 1966).

No caso da História, o controle exercido pelo governo culminou, muitas vezes, em perseguições que visavam burlar a atuação de professores que "fugissem" dos programas curriculares e objetivos estabelecidos, que, por sua vez, procuravam deformar a história como campo do saber.

Somente no processo de redemocratização, mais especificamente na década de 80, quando a História escolar voltou a exercer autonomia e com a extinção dos cursos de Licenciatura Curta, é que voltou a primazia do curso de História, após inúmeros debates e ações dos professores de História e de geografia através de suas entidades representativas, a **Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH)** e a Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB).

Ver glossário no final da Aula

Desta feita, nos anos seguintes, muitas ações contribuíram para a constituição dos cursos de licenciatura em História, chegando à realidade atual, com a busca por uma capacitação que venha a superar as mazelas da formação docente, de uma maneira geral, principalmente a estigmatizada distância entre a teoria/prática.

CONCLUSÃO

Querido aluno, nesta seção discutimos sobre o ensino de História, através do processo de constituição da disciplina escolar História e a formação de professores de História no Brasil. Percebeu a relação existente entre estes polos: formação, ensino e formação?

Pois bem, reafirmamos que o estudo da disciplina escolar História é fundamental para compreendermos as relações entre a formação do professor e o ensino, sendo que ambos relacionam-se com as conjunturas específicas de cada momento histórico vivenciado pelo nosso país.

Desta feita, concluímos indagando: "Qual ensino de História, você, aluno do curso de Licenciatura a Distância da UFS, quer ministrar?" Já pensou sobre a sua futura prática em sala de aula? É preciso esforçar-se durante e após a formação inicial, no sentido de buscar compreender a disciplina escolar História, para que, definindo caminhos, possa fazer um ensino (re) significativo.

RESUMO

O ensino de História adquiriu contornos bem específicos ao longo da história nacional. Inicialmente, os conteúdos históricos ainda não estavam reunidos numa disciplina escolar, apenas eram ministrados a partir de outras disciplinas. Já no ensino secundário, a presença do ensino de História possui intrínseca relação com o Colégio Pedro II e o IHGB, este produtor da história nacional e aquele consumidor das produções do IHGB. Com isso, havia uma aproximação entre a história, conhecimento e a História escolar. Adentrando o período Republicano, a História escolar redefiniu-se, a partir das reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema, vinculadas ao projeto de unificação do ensino no país, ligada à ideologia varguista. Já no período militar, a História passou por momentos nebulosos, particularmente com a criação da disciplina de Estudos Sociais, quando foi unida à Geografia, também à EMC e OSPB. Contudo, esse quadro começou a se modificar, em parte, durante o processo de redemocratização, sendo que o ensino de História foi influenciado pela Nova História, com viés cultural, permeando as discussões sobre as mudanças que seriam operadas na disciplina nos anos posteriores, através de documentos como os PCN. A formação dos professores de História também acompanhou esse processo. Na década de 30 foram criados os primeiros cursos de formação de professores em nosso país. Durante a Ditadura, as Licenciaturas Curtas imprimiram o boicote às discussões históricas e ao poder transformador da nossa disciplina. Já na década de 80, as discussões promovidas pela ANPUH e a AGB, culminaram

com as transformações operadas na atualidade, através de documentos como os PCN e o conjunto de ações que visam a melhoria tanto da formação do professor de História, quanto do ensino da nossa disciplina.

PRÓXIMA AULA

Na próxima aula refletiremos sobre as propostas curriculares atuais em relação ao ensino de História, notadamente os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM).

AUTO-AVALIAÇÃO

Reflita sobre as seguintes questões:

1- Consigo relacionar o ensino de História ao processo histórico de consolidação da disciplina escolar História no Brasil?
2- Sei pontuar as principais pontos concernentes à formação e atuação do professor de História no Brasil ao longo dos anos?

REFERÊNCIAS

ABUD, Katia. Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária. In: BITTENCOURT, Circe. (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2010. p.28-41.
BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2008.
BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. 1827. Disponível em: http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb05a.htm. Acesso: 22/05/2013.
BRASIL. **Parecer nº 106**, de 4 de fevereiro de 1966. 1966. Disponível em:
CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação,** nº. 2, 1990, p 177-229.
FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **História e ensino de História.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
FREITAS, Itamar. **A Pedagogia histórica de Jonathas Serrano**: uma teoria do ensino de História para a escola secundária brasileira (1913/1935). São Cristóvão: Editora da UFS, 2008.
HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. **O ensino secundário no Império Brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2008.

GLÓSSARIO

1837: Contudo, o ano de inauguração do Pedro II foi 1838, precisamente em 25 de março. (HAIDAR, 2008)

sociedade civil: Isso não quer dizer que não houvesse a participação de pessoas pertencentes ao governo.